

DESIGUALDADE RACIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: EDUCAÇÃO E SAÚDE

RACIAL INEQUALITY AND PUBLIC POLICIES IN BRAZIL: EDUCATION AND HEALTH

DESIGUALDAD RACIAL Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN BRASIL: EDUCACIÓN Y SALUD

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-322>

Data de submissão: 25/06/2025

Data de publicação: 25/07/2025

Valter Gomes

Mestre em Ciências da Saúde e do Ambiente

Instituição: Faculdade de Ipatinga

E-mail: valtervieira@ufv.br

Daniela Gomes

Graduanda em Medicina

Instituição: Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais

E-mail: gomesdaniela170@gmail.com

Gabriela Gomes

Graduanda em Medicina

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: gabrielaaggomes@gmail.com

Maria Geralda de Miranda

Pós-doutora em Políticas Públicas e Formação Humana

Instituição: UNISUAM

E-mail: mariagsouunisuam.com.br

Patricia Maria Dusek

Doutora em Direito

Instituição: UNISUAM

E-mail: patricia.dusek@unisuam.edu.br

RESUMO

Uma necessidade de aprofundar o entendimento sobre o antirracismo, destacando a investigação sobre as injustiças históricas em instituições governamentais, universidades públicas e movimentos sociais como uma forma de questionar e combater as desigualdades enraizadas. Desta forma, o objetivo deste trabalho consiste em identificar e avaliar a evolução das políticas públicas relacionadas a mitigação da desigualdade racial no Brasil. Para tanto, utilizou-se como metodologia uma revisão integrativa de literatura com proposta de produção de um artigo científico sobre a temática: a desigualdade racial no Brasil. Conclui-se pela importância da inserção de mecanismos pedagógicos e educativos, que possam fazer com que os indivíduos potencialmente beneficiários das cotas raciais efetivamente se reconheçam como sujeitos de direitos de tal política pública, acessando, dessa forma, as vagas reservadas nos mais diversos certames públicos.

Palavras-chave: Brasil. Educação. Políticas Públicas. Racismo.

ABSTRACT

A need to deepen understanding of anti-racism, highlighting research into historical injustices in government institutions, public universities and social movements as a way to question and support entrenched inequalities. Therefore, the objective of this work is to identify and evaluate the evolution of public policies related to mitigating racial inequality in Brazil. To this end, we used an integrative literature review as a methodology with a proposal to produce a scientific article on the topic: racial inequality in Brazil. It is concluded that it is important to include pedagogical and educational mechanisms, which can make individuals potentially beneficiaries of racial quotas effectively recognize themselves as subjects of rights under such public policy, thus accessing the rights reserved in the most diverse public matters.

Keywords: Brazil. Education. Public Policies. Racism.

RESUMEN

Es necesario profundizar la comprensión del antirracismo, priorizando la investigación sobre injusticias históricas en instituciones gubernamentales, universidades públicas y movimientos sociales como una forma de cuestionar y combatir desigualdades profundamente arraigadas. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo es identificar y evaluar la evolución de las políticas públicas relacionadas con la mitigación de la desigualdad racial en Brasil. Para ello, se utilizó una revisión bibliográfica integradora como metodología, con la propuesta de producir un artículo científico sobre el tema: la desigualdad racial en Brasil. La conclusión es que es importante implementar mecanismos pedagógicos y educativos que garanticen que las personas potencialmente beneficiarias de las cuotas raciales se reconozcan efectivamente como sujetos de los derechos de dichas políticas públicas, accediendo así a plazas reservadas en una amplia gama de concursos públicos.

Palabras clave: Brasil. Educación. Políticas Públicas. Racismo.

1 INTRODUÇÃO

Ninguém nasce odiando outra pessoa por sua cor da pele, sua origem ou sua religião. As pessoas podem aprender a odiar e, se podem aprender a odiar, pode-se ensiná-las a aprender a amar. O amor chega mais naturalmente ao coração humano que o contrário.

Nelson Mandela

Historicamente as nações africanas e ibero-americanas foram colônias europeias, dentre elas o Brasil, construído a partir de uma forte relação com uma das instituições sociais mais perversas e cruéis que foram produzidas pelas sociedades humanas: a escravidão. Ao longo do século XIX, houve um processo de “emancipação” das colônias ibero-americanas, atualmente denominado de países da América Latina. Daí permanências históricas do período da colonização exploratória, tanto dos recursos materiais como dos humanos, as problemáticas socioeconômicas brasileiras se agravaram principalmente nos últimos anos, já no século XXI. Tal abismo socioeconômico, resultante do déficit econômico e tecnológico, além da corrupção já naturalizada não apenas no seio da política, se constitui em entrave para o desenvolvimento da Educação, dos sujeitos e consequentemente do país (Benatti, 2022; Cury; Reis; Zanardi, 2018; Teruya; Felipe, 2018; Souza, 2023).

No que se refere ao continente africano, agrega-se, além da exploração das riquezas, o tráfico de pessoas para a escravização, a coisificação de seres humanos como mercadorias negociadas nas Américas, intensificando ainda mais a exploração das colônias (Benatti, 2022; Mbembe, 2023). A colonização expropriatória europeia construiu, edificou, institucionalizou um legado de pobreza, racismo estrutural e desigualdades. No Brasil, a Lei 10.639/2003, estabeleceu a educação das relações raciais através de um conjunto de princípios sistematizados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Um marco dentro da educação, representando, de um lado, a capacidade de articulação e resiliência do movimento negro e, de outro, uma transformação profunda na construção de práticas educativas que passaram a contemplar a diversidade e a valorização dos negros como sujeitos sociais (Silva, 2022).

Entende-se o conceito de raça como uma construção social e um conceito analítico fundamental para a compreensão de desigualdades socioestruturais e simbólicas observadas na sociedade brasileira. Schucman (2010, p. 48) assinala que neste sentido, “o processo relacional resulta nas desigualdades de bens materiais e simbólicos da população negra, em contrapartida a privilégios e preterição da população branca”. Essa perspectiva é reforçada por estudos mais recentes, como o de Bernardino-Costa (2022), que destaca a persistência das desigualdades raciais no Brasil.

Compreende-se ação afirmativa como uma intervenção do Estado ou do setor privado, em tempo delimitado, visando o aumento acelerado da população racializada (negros, indígenas,

população Roma), em esferas da vida social, como educação, política e empregos. As políticas de ação afirmativa “provocaram mudanças significativas no perfil dos estudantes universitários, principalmente nas instituições mais seletivas” (Heringer, 2018, p. 15). Estudos recentes, como o de Queiroz (2023), demonstram que essas políticas continuam a ser fundamentais para a promoção da igualdade racial e para a superação de barreiras históricas enfrentadas por grupos subalternizados. A reivindicação pelo acesso ao ensino superior para a população racializada, nas sociedades contemporâneas, constitui uma mobilização política de visibilidade. Nas últimas décadas, no Brasil, acompanhamos um momento importante na agenda das políticas educacionais pela introdução das políticas de ação afirmativa no ensino superior (Brasil, 2012). “A discussão sobre a raça no Brasil e nos mais variados contextos não se faz no isolamento. Antes, ela se articula às questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas mais amplas”. (Gomes, 2012, p. 729; Santos, 2022).

No Brasil, novos tempos na educação apresentam-se após o período em que visões distorcidas da diversidade foram predominantes nos debates públicos. Entretanto, desafios imensos também devem ser enfrentados, de modo a combater-se preconceitos e promover a diversidade e a inclusão. Segundo Almeida *et al.* (2018) e Oliveira (2023), no Brasil, confirma a relevância das abordagens multiculturais e interseccionais para a educação, sinalizando formas em que as categorias raça e etnia estão, frequentemente, entrelaçadas com outras configurações sociais, como classe, gênero e sexualidade.

Ademais, o Brasil conta com políticas educacionais que se constituem em avanços, na perspectiva da educação multicultural, tais como a Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003 (Brasil, 2003), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 (Brasil, 2008), que torna obrigatório o estudo da história e da cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, porém, não prevê a sua obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino superior para os cursos de formação de professores (licenciaturas). E o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), que estabelece metas para o decênio de 2014 a 2024 e que, portanto, confirma a importância de reconhecer-se a diversidade e incorporá-la nas práticas educativas (Silva, 2022).

Considerando-se as propostas de construção de uma sociedade plural, igualitária, quiça equanime, que demonstre a participação efetiva de todas as raças e etnias através da capacidade de articulação e resiliência de todos os povos e movimentos como base de uma Nação soberana, laica, de justiça social, socioeconómica, cultural, de igualdade de gênero e Racial. Uma questão é levantada: A desigualdade social no Brasil está contemplada efetivamente em suas políticas públicas?

Contextualizando, tem-se como questão de pesquisa de revisão de literatura ou bibliográfica: a proposta de produção de um artigo científico sobre a temática, relacionada a políticas públicas para a redução da desigualdade racial no Brasil. Diante do exposto, o objetivo desse estudo consiste em identificar e avaliar a evolução das políticas públicas relacionadas a mitigação da desigualdade racial no Brasil. O movimento de toda a sociedade na construção de uma Nação para a história de todos os povos.

2 METODOLOGIA

Para a construção deste estudo, buscou-se, por meio do método de revisão integrativa de literatura, sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre a temática: Desigualdade Racial: Políticas Públicas no Brasil. Dessa forma, procurou-se, de maneira sistemática, ordenar os resultados com o intuito de contribuir para a expansão do conhecimento relativo ao tema investigado (Soares *et al.*, 2014).

No entanto, para a construção da revisão integrativa, foi necessário percorrer seis etapas distintas, como preconizado por Souza, Silva e Carvalho (2010), iniciando-se com a identificação do tema e a seleção da questão da pesquisa; o estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos de busca na literatura; a definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados e a categorização dos estudos; a avaliação dos estudos incluídos; a interpretação dos resultados; e, por fim, a apresentação da revisão e a síntese do conhecimento.

A revisão da literatura foi realizada a partir da consulta às bases de dados do portal da CAPES – Português (BRASIL) <https://www.periodicos.capes.gov.br>. Os termos pesquisados foram definidos com base nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), a partir de uma estratégia de busca: ((Racism OR Racismo) AND (“Política Pública” OR “Public Policy”) AND (Education OR Educação) AND (Brasil OR Brazil)). A busca resultou em dezoito citações (Tabela 1), sendo revisão por pares, no período de 2019 a 2023 em língua portuguesa e inglês, Restricted Access. Foram selecionados treze artigos cujos critérios de elegibilidade utilizados foram: i) publicações com texto completo disponível; ii) publicados nos idiomas português e inglês; iii) publicações com a temática Desigualdade Racial: Políticas Públicas no Brasil; iv) artigos publicados nos últimos cinco anos, ou seja, no período de 2019 a 2023.

A Tabela 1 apresenta uma síntese dos 18 artigos relacionados de acordo com os termos de busca Racismo, Políticas Públicas, Educação e Brasil (descritos nos textos).

Tabela 1 - Resultado da busca nos repositórios da Capes

Termos Pesquisado em Bloco, busca unica	Total citações
((Racism OR Racismo) AND (“Política Pública” OR “Public Policy”) AND (Education OR Educação) AND (Brasil OR Brazil))	18

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

Os critérios de exclusão foram: i) estudos sem relação com a temática Desigualdade Racial: Políticas Públicas no Brasil; ii) artigos publicados em outros idiomas que não fossem português e inglês; e iii) artigos de revisão, resumos publicados em anais de eventos, teses, dissertações ou artigos com texto completo indisponível. A seleção inicial foi feita pela leitura de títulos e resumos, eliminando estudos duplicados e estudos que não se encaixavam nos critérios de inclusão.

Após leitura e análise, foram selecionados treze estudos que contemplavam Racismo no Brasil.

Quadro 1 - Relação dos trabalhos selecionados pela revisão bibliográfica

TÍTULO	AUTOR (ANO)	MÉTODO	ASSUNTO	CONCLUSÃO
Ruptura: discussões em torno das políticas educacionais públicas brasileiras para um currículo vivo antirracista	Barros, Teruya, (2023)	Uma pesquisa de análise documental	Compreender as complexidades do currículo, a decolonialidade e à docência	Possibilitou perceber as circunstâncias da superficialidade dos discursos das políticas públicas educacionais
“Racialidade, ensino e pesquisa”: uma análise das percepções dos docentes sobre as políticas públicas no Ensino Superior	Santos <i>et al.</i> (2023)	A pesquisa é de natureza qualitativa e o método de análise utilizado foi a Análise Textual Discursiva	As percepções de docentes da área sobre as relações étnico-raciais e as implicações das Políticas Públicas no Ensino Superior	A percepção dos docentes é favorável ao desenvolvimento das Políticas Públicas no Ensino Superior
Para além do Racismo Institucional? Uma análise do conteúdo da Política de Saúde para a População Negra	Silva <i>et al.</i> (2023)	Uma abordagem qualitativa e como um estudo de caso.	Analizar a incorporação do conceito de RI no Brasil, no âmbito de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.	O combate ao RI depende da capacidade de enfrentamento aos motivos que levam as instituições a reproduzirem o racismo e suas consequências
Novos Tempos na Educação? Desafios multiculturais	Ivenicki, A. (2023)	A valorização da ciência, de pesquisas quantitativas e qualitativas,	A relevância das abordagens multiculturais e interseccionais para a educação	A compreensão e ao respeito à diversidade cultural e ao combate à desigualdade no Brasil.
A política de cotas raciais em concursos públicos: desafios em face da luta antirracista	Arruda; Bulhões; Santos, (2022)	Uma abordagem qualitativa, em que se realizou uma análise bibliográfica	Caracterizar a implementação da política de cotas raciais em concursos públicos	As cotas raciais e todo o repertório de políticas públicas e práticas antirracistas sejam permanentes e efetivos no país
A educação das relações raciais em uma perspectiva histórica	Fonseca, (2022)	Uma perspectiva analítica que tem como elemento central a história da educação dos negros	Aborda o processo de construção da educação das relações raciais	O reconhecimento da diversidade, o combate ao racismo e às desigualdades raciais.

Por uma linguística aplicada antirracista: problematizações acerca de discursos silenciadores e de (re)existência da negritude	Andrade; Nicolaides; Mota (2021)	Uma pesquisa em Linguística Aplicada	Uma análise das interações discursivas entre usuários do Facebook	Os resultados mostram tanto os discursos silenciadores da iniciativa que visou a promoção do debate racial na esfera educacional
Dilemas raciais brasileiros: o racismo estrutural e os limites e as perspectivas da Lei nº 12.711/2012	Santo; Parizzi, (2020)	Uma abordagem metodológica de revisão de literatura e de revisão documental	A análise dos efeitos das ações afirmativas para a inclusão de pessoas pretas e pardas nos cursos de graduação no Brasil	As políticas afirmativas de reserva de vagas para estudantes pretos e pardos nas universidades públicas brasileiras surtiram efeitos
Branquitude e Educação: Um Estudo com Professoras de Escolas Públicas	Martins; Zamora, (2020)	Baseado em uma pesquisa, concluída em 2018, método da Análise de Conteúdo.	Investigar como essas educadoras, autodeclaradas brancas, percebem sua própria branquitude em relação a seu público na escola	A importância de ações coletivas e políticas públicas adequadas para lidar com as reverberações provocadas pela desigualdade racial no âmbito escolar
Processos educativos desvelados no conviver: curso equidade	Oliveira; <i>et al.</i> (2020)	Foi adotada a investigação qualitativa, inspirada na fenomenologia	Compreender os processos educativos desvelados no conviver do curso de ação afirmativa	Possibilitar alternativas à ausência de representantes negros e indígenas nos Programas de Pós-Graduação no Brasil
População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde	Santos <i>et al.</i> (2020)	Uma abordagem de pesquisa quantitativa e qualitativa, análise dados	Contribuir para a reflexão sobre a pandemia da Covid-19 ante as assimetrias	A primeira luta para a população negra e o fortalecimento do SUS.
Sistema de cotas para entrada no Ensino Superior: perspectivas de jovens negros de Fortaleza	Gurgel; Colaço, (2020)	Uma análise de conteúdo. caráter exploratório-descritivo, com metodologia quantitativa	Uma análise da compreensão dos estudantes negros de escolas públicas de Ensino Médio de Fortaleza	Os resultados indicam que os estudantes consideram que há mais possibilidades de ingresso no Ensino Superior
Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos	Silva (2021)	Utiliza-se a proposta da análise crítica do discurso	Uma discussão das ações de movimentos sociais, em particular do movimento negro brasileiro, e movimentos sociais afroperuanos	É fundamental dialogar com alternativas que têm sido formuladas pelos movimentos sociais negros, em particular nas sociedades brasileira e peruana

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas públicas são mecanismos fundamentais para resolver os problemas sociais mais incômodos e importantes, em que a desigualdade racial e o racismo estrutural são os principais desses problemas. A política é, portanto, amplamente compreendida e frequentemente elogiada como um meio de reparar os danos do racismo, no entanto, são encontrados vieses e superficialidade nas propostas de reduzir a desigualdade racial, bem como o comportamento racista na sociedade (Munanga, 2022).

A perspectiva histórica da questão de políticas públicas inclinadas a tratar a desigualdade racial e racismo estrutural foi abordado por Fonseca (2022) e estudos de Oliveira (2023), em que trata do

processo de construção da educação das relações raciais que, de acordo com o autor, o ponto culminante da análise foi o processo de aprovação da Lei 10.639/2003 e a construção de uma política pública voltada para reconfiguração da educação das relações raciais, uma das mais importantes transformações pela qual passou a educação brasileira, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento da diversidade, o combate ao racismo e às desigualdades raciais.

Em um estudo anterior Andrade, Nicolaides e Mota (2021) e Souza (2023) analisou as interações discursivas entre usuários do *Facebook* acerca das circunstâncias que envolvem a representação negra em livros didáticos, os resultados mostram tanto os discursos silenciadores da iniciativa que visou a promoção do debate racial na esfera educacional, bem como os discursos de valorização desta prática.

Ivenicki (2023) em uma proposta visando demonstrar a relevância das abordagens multiculturais e interseccionais para a educação destacou a contribuição da compreensão e ao respeito à diversidade cultural e ao combate à desigualdade no Brasil, não obstante tal condição, algumas demonstraram que há uma deficiência nesta perspectiva.

Em estudo recente realizado por Barros e Teruya (2023), com o objetivo de compreender as complexidades do currículo, a decolonialidade e à docência, a partir de documentos que compõem as políticas educacionais públicas brasileiras (nacionais e internacionais) no que se refere à constituição do currículo e da formação docente, observou-se da análise circunstâncias da superficialidade dos discursos das políticas públicas educacionais, que reverberam na formação docente e no currículo. Tais discursos não atendem de fato a inclusão dos grupos minoritários da sociedade, a diminuição dos distanciamentos provocados pelas desigualdades socioeconômicas e a desconstrução do racismo estrutural, mas apresentam apagamentos culturais em atendimento a um currículo colonial.

Santos *et al.* (2023) analisaram as percepções de docentes da área sobre as relações étnico-raciais e as implicações das Políticas Públicas no Ensino Superior, cujos resultados apontaram que a percepção dos docentes é favorável ao desenvolvimento das Políticas Públicas no Ensino Superior, pois concordam que contribuem para maior inclusão da população negra, assim como auxiliam no enfrentamento ao racismo e às desigualdades raciais.

Silva *et al.* (2023) ainda analisaram a incorporação do conceito de racismo institucional no Brasil, no âmbito de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, de acordo com os autores, não obstante, o ingresso formal da discussão sobre o racismo institucional na agenda de políticas públicas atualmente represente uma grande conquista, apreender isoladamente este fato leva à desconsideração da interação dialética entre as formas individuais, institucionais e

estruturais no desumanizante processo de racialização. Assim, o seu sucesso depende da capacidade de enfrentamento aos motivos que levam as instituições a reproduzirem o racismo e suas consequências no acesso à moradia, ao trabalho, à educação e consequentemente, a serviços e ações de saúde.

Acerca do acesso ao negro à educação e outras perspectivas inclusivas, Arruda, Bulhões e Santos (2022) ressaltam que as políticas de cotas viabilizaram, ainda que em meio a críticas e empecilhos, a entrada de maior quantitativo de negros/as nas universidades e no serviço público, de modo que, é crucial que a sociedade, de maneira geral, seja mobilizada a lutar pela continuidade e até pela ampliação do escopo das políticas de cotas raciais no Brasil.

Ainda sobre o sistema de cotas, Gurgel e Colaço (2020) e Silva e Santos (2023) realizaram uma análise da compreensão dos estudantes negros de escolas públicas de Ensino Médio de Fortaleza, de acordo com os resultados, indicam que os estudantes estão considerando que há maiores possibilidades de ingresso no ensino superior, mas poucos consideram mudanças para os cursos universitários, em que o embranquecimento ainda predomina.

Em estudo anterior, Santo e Parizzi (2020) e Oliveira e Lima (2023) analisam os efeitos das ações afirmativas para a inclusão de pessoas pretas e pardas nos cursos de graduação no Brasil, os autores concluíram que as políticas afirmativas para estudantes pretos e pardos nas universidades públicas brasileiras tiveram tanto caráter quantitativo (proporção de pardos e pretos nas universidades em relação à proporção em sociedade) e efeitos qualitativos (medidos pela inclusão e desempenho acadêmico dos cotistas). Apesar disso, a política de cotas, mesmo denotando uma inclusão de pretos e pardos nas universidades, não representa inclusão social plena, pois os efeitos da inclusão desses estudantes no mercado de trabalho ou mesmo nos cursos de pós-graduação das mesmas universidades, que são setores de uma sociedade civil marcada por um inegável racismo estrutural, ainda não foram mensurados.

Complementando o resultado do estudo anterior, Oliveira *et al.* (2023) buscou analisar os processos educativos desvelados no conviver do curso de ação afirmativa “Equidade no acesso à pós-graduação para populações sub-representadas”, para os autores, acolhimento, diálogo, amorosidade, bem como fortalecimento do pertencimento étnico-racial, da negritude e compromisso com a temática da educação étnico-racial e luta contra o racismo e desigualdades são fundamentais no processo educativo.

Martins e Zamora (2020) e Silva e Oliveira (2023) investigaram como educadoras, autodeclaradas brancas, percebem sua própria branquitude em relação a seu público na escola, em sua maioria alunos negros, Inferiram os autores que a brancura traz consigo privilégios, embora

algumas se mostrem mais críticas em relação a isso que outras, houve a concordância de que a escola pública é um espaço potente de transformação social.

Silva (2021) e Lopes (2023) realizaram uma discussão das ações de movimentos sociais, em particular do movimento negro brasileiro, e movimentos sociais afroperuanos. No Brasil, no campo educacional, por exemplo, políticas públicas foram implementadas visando ampliar o acesso da população negra e indígena às universidades (cotas, ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena). De um lado, estas políticas educacionais, bem como suas diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais, representam um passo importante contra o racismo e indicam mudanças de práticas e revisão dos currículos educacionais numa perspectiva crítica ao eurocentrismo, ainda tão presente na formação de professores.

Por derradeiro, Ribeiro et al. (2023) analisaram os impactos da pandemia Covid-19 na população negra, na qual foi possível observar, mais uma vertente do racismo em sua multidimensionalidade durante a pandemia da Covid-19.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo aborda a importância de incorporar a perspectiva racial e antirracista nas políticas educacionais, destacando as ações dos movimentos sociais negros no Brasil. Além disso, ressalta que, nas últimas décadas, o combate ao racismo ganhou destaque global, com organizações e instituições analisando as dinâmicas das relações raciais e promovendo esforços antirracistas e inclusivos em diferentes níveis de ensino.

No Brasil, políticas educacionais visam aumentar o acesso de negros e indígenas à universidade, combatendo o racismo. Apesar dos avanços, a oferta lenta de disciplinas obrigatórias sobre relações étnico-raciais no ensino superior destaca a necessidade de reflexão sobre marcos conceituais e práticas para inclusão, ressaltando a tensão entre desigualdades eurocêntricas e políticas antirracistas.

No Brasil, século XXI, o sistema de cotas no Ensino Superior é visto como uma oportunidade, mas gera opiniões divergentes. Aponta a falta de conhecimento sobre políticas afirmativas, ressaltando lacunas na educação formal, e destaca mitos que influenciam a visão do público. Enfatiza a importância das cotas como medida crucial contra desigualdades, mas alerta para a resistência política e a necessidade de mobilização coletiva para preservar o progresso na superação do racismo.

REFERÊNCIAS

- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative - OPHI, 2008. 33 p. (OPHI working papers, n.7). Disponível em: https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7_vs2.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.
- ALMEIDA, N. F. P. D.; AMÂNCIO, M. H.; SANTOS, S. P. D.; SALES, L. V. Formação docente e a temática étnico-racial na Revista Brasileira de Educação da ANPEd (1995–2015). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, e230033, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230033>. Acesso em 15 nov. 2023.
- ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- ALMEIDA, S. L. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro, 2020.
- ALMEIDA. S. L. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANDRADE, B. C. N.; NICOLAIDES, C. S.; MOTA, V. M. (2021). Por uma linguística aplicada antirracista: problematizações acerca de discursos silenciadores e de (re)existência da negritude. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 37, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202156105>. Acesso em: 8 out. 2023.
- ARAÚJO, F. G.; TEMÓTEO, L. M. Cotas raciais — Dívida, reparação e afirmação. *Revista Sociais & Humanas*, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 99-114, 2021.
- ARRUDA, D. O.; BULHÕES, L. M. G.; SANTOS, C. O. A política de cotas raciais em concursos públicos: desafios em face da luta antirracista. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 145, p. 91–111, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.294>. Acesso em: 10 out. 2023.
- BARROS, R. M. R; TERUYA, T. K. Ruptura: discussões em torno das políticas educacionais públicas brasileiras para um currículo vivo antirracista. *Colloquium Humanarum*. ISSN: 1809-8207, [s. l.], v. 20, n. 1, p. e234604, 2023. DOI: 10.5747/ch.2023.v20.h549. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4604..> Acesso em: 12 nov. 2023.
- BENATTI, L. M. Culturas estéticas e afro-diaspóricas: estratégias para uma pedagogia antirracista. Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Relações Raciais e Desigualdades no Brasil Contemporâneo. Editora da Universidade de Brasília, 2022.
- BONILLA-SILVA, E. Racism Without Racists: Colorblind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States. Maryland: Rowman & Littlefield, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Casa Civil, 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 24 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, 2008. Diário Oficial da União, Brasília, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 24 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota Técnica n. 20/2020 SAPS/GAB/SAPS/MS dispõe sobre Notificação Imediata de Casos de Síndrome Gripal via plataforma do eSUS VE e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) hospitalizado no SIVEP-Gripe. 2020. Disponível em: [https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20200429_N_NotaTecnica20NotificacaoImediatadeCasosdeSindromeGripalviaplataformadoeSUSVEeSindromeRespiratoriaAgudaGrave\(..._8233595274282640358.pdf](https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20200429_N_NotaTecnica20NotificacaoImediatadeCasosdeSindromeGripalviaplataformadoeSUSVEeSindromeRespiratoriaAgudaGrave(..._8233595274282640358.pdf). Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. Ministro de Estado da Saúde. Portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344_01_02_2017.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

CARONE, I.; BENTO, M. (Orgs.). Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, A. A. Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.

EURICO, M.; GONÇALVES, R.; FORNAZIER, T. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 140, p. 84-100, 2021.

FONSECA, M. V. A educação das relações raciais em uma perspectiva histórica. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales, v. 25, n. 51, p. 291-317, 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.12795/araucaria.2022.i51.13>. Acesso em: 10 out. 2023.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GURGEL, L. L.; COLAÇO, V. F. R. Sistema de cotas para entrada no Ensino Superior: perspectivas de jovens negros de Fortaleza. *Psico*, [s. l.], v. 51, n. 1, p. e29823, 2020. DOI: 10.15448/1980-8623.2020.1.29823. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/29823>. Acesso em: 5 nov. 2023.

HERINGER, R. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7-17, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v19n1/03.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua PNAD continua. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Brasília: [s.n.], 2019a.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019/IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. 130p. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica.

IVENICKI, A. Novos Tempos na Educação? Desafios multiculturais. *Ensaio: avalpolpúblEduc.*, [s. l.], v. 31, n. 118, e0230001, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003100001>. Acesso em: 12 out. 2023.

LEITE, G. Consideração sobre a segregação racial nos EUA. *Jornal Jurid*, 6 abr. 2020. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/>. Acesso em: 9 out. 2023.

LOPES, M. A. *Educação das Relações Étnico-Raciais: Desafios e Perspectivas para a Formação de Professores*. Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

MARQUES, E. P. S. M. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, v. 23, p. 1 - 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VW9YBNPcKcfrnqtyMCMcVxm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 nov.. 2023.

MARTINS, A. L. B.; ZAMORA, M. H. R. N. Branquitude e Educação: Um Estudo com Professoras de Escolas Públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 396–415, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.61048>. Acesso em: 12 out. 2023.

MBEMBE, Achille. "A Economia da Escravidão e suas Consequências". In: *História da África e dos Africanos*. Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

MONTEIRO, P. F. C. Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea. *Meritum*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 355-387, 2012. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/view/1208/829>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MORIN, E. O cinema ou homem imaginário: ensaio de antropologia sociológica. São Paulo: É Realizações, 2014.

MUNANGA, K. Racismo e Políticas Públicas no Brasil: Desafios e Perspectivas. Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, A. G. S.; SOAREZ, A. C. A. M.; OLIVEIRA, G. A. de; SANTOS, N. L.; SILVA, L. A. da. Processos educativos desvelados no conviver: curso equidade.: MOTRICIDADES Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 167–179, 2020. DOI: 10.29181/2594-6463-2020-v4-n2-p167-179. Disponível em: <https://www.motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/2594-6463-2020-v4-n2-p167-179>. Acesso em: 12 nov. 2023.

OLIVEIRA, F. Interseccionalidade e Educação: Desafios e Perspectivas para a Promoção da Igualdade. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2023.

OLIVEIRA, F.; LIMA, J. P. Inclusão Social e Racismo Estrutural: Desafios e Perspectivas para a Sociedade Brasileira. Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

OLIVEIRA, L. F. Políticas Públicas e Educação das Relações Raciais: Desafios e Perspectivas para o Século XXI. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2023.

QUEIROZ, J. A. Ações Afirmativas e Educação Superior no Brasil: Desafios e Perspectivas. Editora da Universidade Federal do Paraná, 2023.

RIBEIRO, F.; et al. Racismo e Saúde na Pandemia: Desafios e Perspectivas para a População Negra. Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SANTOS, A. V. Os efeitos de sentidos nos dizeres de professores soteropolitanos sobre a lei 10.639/03. 2012. (Mestrado em Estudo de Linguagens). Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://doi.org/10.7594/revbio.19.01.01>. Acesso em: 2 out. 2023.

SANTOS, C. R.; PARIZZI, J. H. Dilemas raciais brasileiros: o racismo estrutural e os limites e as perspectivas da Lei nº 12.711/2012. Revista Educação e Políticas em Debate, [s. l.], v. 9, n. Especial, p.884-904, nov. 2020.

SANTOS, G. Interseccionalidade e Educação Superior: Desafios para a Igualdade Racial. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2022.

SANTOS, L.; PEREIRA, D.; LUNARDI, L.; DREHMER-MARQUES, K. “Racialidade, ensino e pesquisa”: uma análise das percepções dos docentes sobre as políticas públicas no Ensino Superior. Revista Insignare Scientia - RIS, Cerro Largo, v. 6, n. 3, p. 194-214, 2023.

SCHUCMAN, L. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia & Sociedade, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

SCHUCMAN, L. V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005. Acesso em: 26 fev. 2020.

SCHUCMAN, L.; MANDELBAUM, B.; FACHIM, F. (2017). Minha mãe pintou meu pai de branco: Afetos e negação da raça em famílias interraciais. *Revista de Ciências Humanas*, [s. l.], v. 51, n. 2, p. 439-455, 2017.

SILVA, A. F. Educação Multicultural no Brasil: Desafios e Perspectivas para a Implementação de Políticas Inclusivas. Editora da Universidade Federal do Paraná, 2022.

SILVA, A. M.; SANTOS, J. C. Políticas de Inclusão e Permanência no Ensino Superior: Desafios e Perspectivas para a Igualdade Racial. Editora da Universidade Federal do Ceará, 2023.

SILVA, D. F. L.; LYRA, T. M.; SILVA, J. B. R.; FAUSTINO, D. M.. Para além do Racismo Institucional? Uma análise do conteúdo da Política de Saúde para a População Negra. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p. 2527–2535, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.11602022>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, L.; OLIVEIRA, K. Branquitude, Privilegio e Educação: Análise Crítica das Práticas Pedagógicas. Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, M. A. B. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. *Educação e Pesquisa*, [s. l.], v. 47, e226218, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226218>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA, P. B. G. e. Educação das Relações Étnico-Raciais: Avanços e Desafios. Cortez Editora, 2022.

SILVA, T. D.; LOPEZ, F. G. Cor ou raça do serviço civil ativo do executivo federal (1999- 2020). Nota técnica — Publicação preliminar. Brasília: Ipea, 2021.

SOARES, C. B.; HOGA, L. A. K.; PEDUZZI, M.; SANGALETI, C.; YONEKURA, T.; SILVA, D. R. A. D. Integrative review: concepts and methods used in nursing. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 335-45, 2014.

SOUZA, J. M. Desafios do Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil. Editora Universidade, 2023.

SOUZA, J. M. Representação Negra em Livros Didáticos: Análise Crítica e Perspectivas para a Educação. Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2023.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein* (São Paulo), [s. l.], v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

TERUYA, T. K.; FELIPE, D. A. Políticas públicas e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação escolar. In: ALVES, A. P.; SILVA, E. J.; ARAÚJO, M. C. (org.). *Diálogos sobre diversidade, relações raciais e desigualdade no Brasil*. Maringá, PR: Eduem, 2018. p. 247-265. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786586383027.0013>. Acesso em: 10 nov. 2023.

VYGOTSKY, L. S. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde Soc.* São Paulo, v.25, n.3, p. 535-549, 2016.